

O trabalho e a vida escolar de jovens estudantes do ensino médio

MÁRCIO DOUGLAS DE CARVALHO E SILVA*

PEDRO THIAGO COSTA MELO**

Resumo: No Brasil, muitos jovens ainda em idade escolar deparam-se com a necessidade de enfrentar rotinas de trabalhos exaustivas para conseguirem recursos que ajudam na manutenção das despesas familiares e pessoais, e paralelamente frequentam a escola. O texto abaixo tem como objetivo identificar os problemas enfrentados por jovens estudantes do ensino médio, ao tentarem conciliar rotina escolar com trabalho remunerado. A metodologia utilizada envolveu a aplicação de entrevista semiestruturada a 12 alunos de ensino médio de uma escola da zona rural piauiense. Os resultados indicam que a rotina de trabalho influencia negativamente no rendimento escolar, sendo identificadas como principais consequências: faltas às aulas, não realização das atividades escolares, sonolência durante as aulas, reprovação e evasão.

Palavras-chave: Escola; trabalho; zona rural; consequências.

The work and school life of young high school students

Abstract: In Brazil, many young people still of school age face the need to face exhausting work routines in order to obtain resources that help in the maintenance of family and personal expenses, while attending school. The text below aims to identify the problems young high school students face when trying to reconcile school routine with paid work. The methodology used involved the application of semi-structured interviews to 12 high school students from a rural school in Piauí. The results indicate that the work routine negatively influences school performance, and the main consequences are: absence from school, failure to perform school activities, drowsiness during classes, failure and dropout.

Key words: School; job; countryside; consequences.



* **MÁRCIO DOUGLAS DE CARVALHO E SILVA** é doutorando em História Social da Amazônia pela UFPA.



** **PEDRO THIAGO COSTA MELO** é Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Piauí (UFPI).



Introdução

Cândido, depois de ser expulso do castelo do Barão Thunder-ten-tronckh por se apaixonar pela sua filha Cunegundes, sai apenas com a educação que deu o seu preceptor Pangloss. Essa educação se baseia na máxima: “as coisas não podem ser de outra maneira: pois, como tudo foi feito para um fim, tudo está necessariamente destinado ao melhor fim” (VOLTAIRE, 2002, p. 230). Então, sua percepção de mundo, sua personalidade, foi moldada por esse ensinamento que recebeu. No transcorrer de sua vida, com as decepções e provas de que a educação que tivera não se materializava na realidade, foi deparado com o trabalho, assim “[...] percebendo-

se como um ser em posse de sua autonomia e consciente da existência do mal na realidade, mas decidido a trabalhar e construir uma existência mais humana e assim transformá-la positivamente” (SILVA, 2018, p. 84). Como podemos perceber, nesse enredo, que faz parte da obra *Cândido, ou o Otimista*, de Voltaire, a educação é tida como metafísica, e trabalho como não-metafísica, ambos têm forte peso na vida do personagem principal da obra, e trazem aprendizados.

A supracitada passagem só vem confirmar ainda mais a importância da educação, no caso especificamente da escola e do trabalho na vida do indivíduo em particular, e da sociedade em geral.

Daí a importância de colocar essas temáticas no centro das discussões científicas. Nesse sentido, o presente artigo analisou a relação escola e trabalho na educação básica. Para isso, apresentamos o conceito de escola e trabalho e como ambos foram se materializando ao longo da história. Ademais, refletimos como eles podem ser mecanismo de ideologização. Por fim, apresentamos o resultado da pesquisa empírica, que buscou identificar quais os problemas enfrentados por jovens estudantes do ensino médio, ao tentarem conciliar rotina escolar com trabalho remunerado. O percurso metodológico baseou-se na pesquisa bibliográfica e na aplicação de entrevista semiestruturada a 12 alunos de ensino médio, de uma escola da zona rural piauiense.

Escola e trabalho, escola para o trabalho e escola com trabalho

Tanto a escola quanto o trabalho são históricos, ambos podem ser entendidos no âmbito das relações de poder existentes na sociedade. Parafraseando, então, Marc Bloch, a escola e o trabalho são filhos do seu tempo. Assim, as formas de encarar escola e trabalho foram se transformando no decorrer do tempo.

A escola, foi fruto da especificação da educação. Sim! A educação é vasta, já a escola, que originou a escolarização é consequência de uma complexificação das sociedades, divisão social e transmissão do conhecimento científico. Na sua origem, a escola era marcada pela exclusão, uma vez que apenas a elite tinha direito a frequentá-la, pois dispunha do ócio para cultivar o saber. A própria etimologia da palavra escola tem sua origem na palavra grega *scholé*, que significa o lugar do ócio, ou aqueles que não precisam trabalhar.

Então, a escola que hoje entendemos como “[...] dita aberta e democrática traz em sua essência os primeiros embriões do preconceito, da discriminação e da exclusão” (ABRANTES, AVELAR, MIRANDA, 2013, p. 29). Nesses espaços, que espelham a divisão de classe, os nobres aprendem arte, a música, a filosofia. Já aos pobres, quando a esses surge a possibilidade de frequentar a escola, fica delegada a obrigação da aprendizagem de um ofício bruto (ABRANTES, AVELAR, MIRANDA, 2013). Para Saviani (1994, p. 152), é aí que surge uma educação escolar diferenciada, pois “[...] a classe dominante, a classe dos proprietários, tinha uma educação diferenciada que era a uma educação geral, a educação da maioria era o próprio trabalho [...] Era o aprender fazendo”.

Já o trabalho, desde seu relato na Bíblia cristã esteve associado a castigo: Adão pecou e, a partir de então, teria de trabalhar e ganhar o pão com o suor de seu rosto. A palavra “trabalho” tem sua origem no vocábulo latino “*Tripallium*”, um instrumento de tortura formado por três (tri) paus (*pallium*). Desse modo, originalmente, “trabalhar” significa ser torturado no *tripallium*. O seu lado negativo perpassa a antiguidade. Para Bock (2006, p. 20), se abrissemos, por exemplo, um dicionário da Grécia antiga, possivelmente achar-se-ia o trabalho como “[...] atividade exclusivamente física, que se reduzia ao esforço que deviam fazer as pessoas para assegurar seu sustento, satisfazer suas necessidades vitais [...]” que não era valorizada socialmente. Então, é importante perceber a noção de trabalho como “[...] fruto de acontecimentos históricos, [que] estão intrinsecamente associadas ao discurso ideológico de suas épocas” (NEVES, et. al., 2018). Apenas com o desenvolvimento do capitalismo e a chegada da burguesia no

topo social, foi necessário alterar a visão de trabalho e torná-lo como dignificante, positivo.

Como podemos observar, escola e trabalho compartilham um ponto em comum no seu transcorrer histórico: exclusão. Enquanto a primeira era para poucos, os grupos privilegiados economicamente e socialmente; a segunda era para muitos, os menos favorecidos.

No Brasil, o trabalho, no âmbito de seu desenvolvimento histórico, está/esteve associado à escravidão e a educação, escolarização, para poucos. A luta pela universalização da escola ainda é uma bandeira social. Após um maior acesso das camadas mais pobres nas escolas públicas, que se inicia, grosso modo, com o nascimento da República, houve sua democratização, porém, uma sensível queda em sua qualidade. Em contrapartida, há uma explosão da escola privada acompanhada por uma qualidade, o que faz o país ter uma escola boa, privada, acessível aos ricos, e uma escola ruim, pública de pobre. Daí, os mecanismos de cotas, para atenuar essa disparidade quando se consideram os níveis mais altos de escolaridade, especialmente a universidade e a pós-graduação.

No que tange a relação entre escola e trabalho, a década de 60 do século XX pode ser emblemática. A escola começa a ser entendida como responsável pelo desenvolvimento econômico, num claro exemplo de da formação do serviço ideológico do sistema capitalista. Esse tipo de escola era direcionado às classes menos favorecidas, e à formação técnica. Às classes dominantes, uma dada a formação científica ou humanista para preparar novos pensadores e dirigentes.

Findado o ciclo iniciado na década de 60, com o golpe civil militar, em 1964, há o processo de abertura política e um novo contexto histórico, com novas legislações e a Escola e Trabalho são colocadas em pauta.

A conexão entre escola e trabalho é percebida a partir da própria legislação que vai desde a Constituição Federal (CF) de 1988, em seu Artigo 205, que reconhece a educação (que inclui a escola) como direito fundamental e será visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988); a lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB, 1996) segue também o mesmo sentido, especificando ainda mais a escola, ao descrever em seu artigo 1º, inciso 2º, que a “educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, 1996) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que traz, no bojo do conceito de competência, que a função da escola é a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2019, grifos nossos). Tão relevante que está entre as dez competências gerais:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BNCC, 2019).

Percebe-se que a escola e o trabalho são dois institutos de grande relevância

social. A escola como ferramenta para o “[...] acesso ao saber sistematizado, que é produzido pela humanidade” (MURATA e MURATA, 2014, p.54) e o trabalho como “[...] parte fundamental da ontologia do ser social. A aquisição da consciência se dá pelo trabalho, pela ação sobre a natureza” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005, p. 11). Ambos são, conforme o contexto histórico e a ideologia, ora colocados um sob hegemonia do outro, ora passíveis de parceria. Ademais, grosso modo, percebe-se a escola ao longo do tempo transmitindo a divisão de classe.

Na contramão disso, Gramsci propõe uma superação da dualidade da escola. Para ele, deve haver uma escola “comum, única e desinteressada”, ou seja, uma escola Unitária. Para o autor, “desinteressado” é proporcionar uma formação humanista geral e não embargaria, após, escolas específicas, vejamos:

A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo (GRAMSCI, 1991, p. 118).

A escola dual é instrumental, pois prepara os estudantes das classes menos favorecidos para um emprego, um ensino técnico, enquanto que prepara as elites para um conhecimento geral, visando galgar os altos cargos. Além, disso, ambas as escolas nesse modelo têm seus fins orientados para o sucesso

econômico, uma concepção de escola pragmática, nem voltada para um modelo de sociedade melhor, pensada coletivamente, e nem para a ideia que o conhecimento significa superação da ignorância, de submissão, tanto materialmente quanto espiritualmente.

A Constituição Federal (CF) assegura a educação como direito de todos e dever do Estado e da família; complementarmente o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece no artigo 53, inciso I “igualdade de condições para acesso e permanência na escola” (ALMEIDA, OLIVEIRA, 2017, p. 12955) indo de encontro ao que preceitua a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que assegura no artigo 26 que “todo homem tem direito à instrução” (ALMEIDA, OLIVEIRA, 2017, p. 12957). A permanência é um dos grandes problemas para assegurar esse direito, pois, em 2014:

Dentre as principais razões citadas para terem abandonado os estudos, os motivos econômicos – como a necessidade de trabalhar para de se manter, ou para ajudar o trabalho da família, e a pobreza e dificuldade de custear as despesas para seguir estudando – foram os mais citados pelos jovens (...). Em outras palavras, as razões de abandono são ainda predominantemente ligadas ao trabalho, entre os homens, e aos motivos familiares (dentre eles, a própria maternidade e a constituição da família), entre as mulheres (VENTURI, 2014, p. 25-26).

Assim, é possível verificar que a evasão escolar envolve causas de cunho sociocultural, principalmente, econômica. Entre elas, se encontram “[...] violência, discriminação, gravidez na adolescência entre outros; [e causas] de ordem econômica, como pobreza e trabalho infantil (ALMEIDA,

OLIVEIRA, 2017, p. 12961). Então, no “[...] cerne das causas da evasão e exclusão escolares, está o gargalo das desigualdades sociais, políticas, geográficas, ideológicas existentes no Brasil, apontando que a violação do direito de acesso e permanência” (ALMEIDA, OLIVEIRA, 2017, p. 12962).

Ademais, temos, ainda feridos como o reconhecimento da dignidade e a liberdade. Notamos, então, que paradoxalmente, discentes que associam trabalho e escola ferem o direito de trabalho e educação, dentre outros. Nesse sentido, vejamos na próxima seção como a escola e o trabalho, frequentados paralelamente podem trazer consequências.

Estudar e trabalhar: a realidade de estudantes de uma escola de ensino médio da zona rural piauiense

Dados de 2018 indicam que o Estado do Piauí possuía 528 escolas ofertando o ensino médio regular, somando um total de 99,290 alunos. Destas, 63 estavam localizadas na zona rural, atendendo a um público de 5,819 alunos. Observa-se nestes dados que ao longo dos três anos finais da educação básica há um decréscimo substancial de matriculados, com um número inicial de 37,949 no 1º ano, ante 31,746 na 2ª, restando 29,595, no último ano do ensino médio. Esta tendência também é observada nas escolas da zona rural, uma vez que dos 2,139 matriculados no 1º ano, apenas 1,670¹ concluíram a educação básica. Essa realidade pode indicar que, por

motivos diversos, muitos alunos evadem² da escola, entre elas, está a necessidade de trabalhar.

O texto que colocamos na sequência teve entre os objetivos analisar a relação escola e trabalho durante o ensino médio regular, verificando as implicações existentes diante da necessidade de conciliar frequência à escola e trabalho remunerado.

A escola escolhida para a realização da pesquisa, mantida pela rede estadual, está localizada na zona rural piauiense, e oferta os três anos finais da educação básica, na modalidade regular (1º, 2º e 3º anos), possuindo no ano de 2019 um total de 98 alunos. Esta instituição de ensino é destinada a atender discentes que residem em localidades distantes da sede do município em que está situada, garantindo assim o acesso e permanência à educação àqueles que vivem em regiões mais distantes dos grandes centros, como prescrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Para realização deste trabalho, como dissemos acima, aplicamos a um total de doze alunos uma entrevista semiestruturada, contendo vinte e seis perguntas. As questões abordaram principalmente aspectos relacionados à moradia, núcleo familiar, renda familiar, necessidade de trabalhar na adolescência, tipo de trabalho desempenhado, relação trabalho e escola, comprometimento no rendimento escolar motivado pelo trabalho, e

¹ Dados disponíveis em: https://www.qedu.org.br/estado/118-piaui/censo-escolar?year=2018&dependence=0&localizacao=0&education_stage=0&item=. Acesso: 26 de outubro de 2019.

² Números divulgados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira), indicam que no ano de 2018, 6,9% dos alunos matriculados na rede pública estadual brasileira, evadiu, e a média de abandono em escolar de alunos da zona rural, chegou a 7,4%. Dados disponíveis em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>. Acesso: 26 de out. de 2019.

perspectiva de formação pessoal através da educação.

A pesquisa foi realizada no começo de outubro de 2019, e os critérios de escolha dos sujeitos para responderem o questionário foram: estar matriculado regularmente no ensino médio e frequentando a escola, morar na zona rural, e ter jornada de trabalho remunerada ao longo da semana em horário oposto ou idêntico ao das aulas.

Dos doze alunos entrevistados, 3 estão cursando o 1º ano, 7 o 2º ano, e 2 o 3º ano, no turno vespertino. A idade dos sujeitos varia entre 16 e 18 anos, sendo dez do sexo masculino e dois do sexo feminino. Dos dados, observamos que a maioria dos alunos que trabalha estão cursando o 2º ano e são do sexo masculino, e alguns possuem distorção idade-série.³

Em relação à composição familiar, sete deles residem com pai, mãe e irmãos, dois apenas com mãe e irmãos, e três moram com os avós. O número de pessoas na família variou de quatro a cinco. Dentre essas famílias, quatro entrevistados afirmaram que há necessidade da mãe trabalhar fora de casa para complementar a renda da familiar, além disso, nove deles indicaram que a sua família é

beneficiária do Programa Bolsa Família⁴.

A principal atividade desempenhada pelos pais ou mães dos entrevistados são trabalhos relacionados à agricultura e a criação de animais, como roça, fazendas de animais pertencente a terceiros e comércio, além da expressão “de tudo”, indicando que os pais ou responsáveis, na sua maioria, desempenham diversas atividades relativas à vida na zona rural. Devemos destacar que tratam-se de trabalhos informais da vida campesina, não havendo remuneração fixa ou carteira assinada, estando essas famílias sujeitas a instabilidades financeiras mediante a colheita ou oferta de trabalho na região em que vivem, sendo, portanto, o recurso obtido com o benefício do Programa Bolsa Família uma importante complementação da renda familiar.

A partir desse perfil econômico-familiar podemos entender o contexto social e econômico em que esses jovens estão inseridos, havendo segundo eles a necessidade de conciliar a frequência à escola com o desempenho de atividades remuneradas ao longo da semana. A tabela abaixo demonstra aspectos relativos ao envolvimento desses jovens no mundo do trabalho.

³ Números publicados em 2018, relativos ao ano de 2017, indicam que, no Estado do Piauí, 37% dos alunos do ensino médio estavam atrasados em relação a série em que foram matriculados, demonstrando assim que a cada 100 alunos, cerca de 37 alunos estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais.

Disponível em: https://www.qedu.org.br/estado/118-piaui/distorcao-idade-serie?dependence=0&localization=0&stageId=initial_years&year=2017. Acesso: 26 de outubro de 2019.

⁴ O objetivo principal Programa Interministerial Bolsa Família, é fazer o acompanhamento da

frequência escolar diagnosticando as razões da baixa ou não frequência, para enfrentar a evasão e estimular a permanência e a progressão educacional de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, alertando que a frequência para jovens de 16 e 17 anos, que é beneficiado pelo programa Bolsa família, deve ser no mínimo de 75%.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17451-acompanhamento-da-frequencia-escolar-de-criancas-e-jovens-em-vulnerabilidade-condicionalidade-em-educacao-do-programa-bolsa-familia-pbf-novo>. Acesso: 26 de outubro de 2019.

Tabela 01: Número de alunos por dias da semana trabalhados e horas diárias de trabalho

	1	2	3	4	5	6	7
Dias	-	-	3	1	6	2	-
Horas	-	-	2	9	1	-	-

Fonte: Dados coletados na pesquisa

Pelos dados expostos, fica evidente que metade dos alunos entrevistados trabalha pelo menos cinco dias na semana e que dois chegam a trabalhar de segunda a sábado. A jornada de trabalho diária também é extensa, consumindo um turno completo de 75% dos participantes do estudo, e um deles, até cinco horas diárias. Todos afirmaram que trabalham no turno matutino, oposto ao que frequentam a escola, e que começam a jornada de trabalho às sete horas da manhã, podendo se estender até as onze, quando saem do trabalho e almoçam, para na sequência esperarem o ônibus que os transporta até a unidade escolar.

Destacamos o aluno que afirmou trabalhar durante cinco horas antes de ir

à escola, começando a sua jornada de trabalho às seis da manhã. Diante disso, frisamos o pouco tempo existente entre o fim da jornada de trabalho e o de chegar até a instituição de ensino que frequentam. Nove alunos, como apresentamos na tabela 01, afirmaram trabalhar quatro horas por dia. Considerando que devem estar na escola às treze horas, e que gastam (como informado nas entrevistas) em média de quarenta minutos a uma hora no percurso casa-escola, eles têm em torno de uma hora entre a saída do trabalho e o embarque no ônibus escolar. Um aluno afirmou ter apenas meia hora “livre” entre fim da jornada de trabalho e saída para a escola, demonstrando que o turno matutino é completamente consumido com as atividades relativas ao trabalho, o que faz com que alunos nestas condições chegam ao ambiente escolar cansados.

Em relação ao tipo de trabalho realizado, tivemos as seguintes respostas, que para melhor visualização, optamos por dispor no quadro abaixo:

Quadro 01: Tipo de trabalho realizado e valor recebido por dia ou mês

Aluno	Que tipo de trabalho você realiza?	Quanto você ganha por turno/dia ou mês, em reais?
A ⁵	Trabalho braçal ⁶	25,00 (turno)
B	Na roça	25,00 (turno)
C	Trabalho em uma fazenda	350,00 (mês)
D	Todo tipo de trabalho	25,00 (turno)
E	Cuido de uma criança	150,00 (mês)
F	Capinando na roça e fazendo cercado	25,00 (turno)
G	Ajudo a construir casas e como servente	25,00 (turno)

⁵ Para preservar a identidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa, optamos por identificá-los apenas pelas letras do alfabeto de A a L, correspondendo aos doze alunos participantes.

⁶ É todo tipo de atividade que usa a força humana na sua realização, neste contexto, refere-se a atividades no campo, como derrubada da mata e capina da roça.

H	Ajudando uma senhora na casa dela	100,00 (mês)
I	Trabalho na roça	25,00 (turno)
J	Ajudo pedreiros e dou diária na roça	25,00 (turno)
K	Faço todo tipo de trabalho que aparecer	25,00 (turno)
L	Descarrego caminhão	30,00 (turno)

Fonte: Dados coletados na pesquisa.

Na leitura do quadro, podemos inferir alguns aspectos relativos à rotina de trabalho dos estudantes entrevistados, tais como: dos doze sujeitos, apenas três possuem uma renda fixa mensal, dois do sexo feminino (desempenhando atividades domésticas) e um do sexo masculino, que trabalha em uma fazenda. Os demais, são remunerados por turno trabalhado, geralmente o que antecede o horário de frequentar a escola. Destacamos que os entrevistados do sexo masculino possuem renda maior que as duas do sexo feminino (que recebem R\$ 100,00 e 150,00 por mês cada uma), pois mesmo aqueles que são pagos por turno de atividade, dependendo da quantidade de dias mensais de turnos destinados aos serviços descritos por eles, a soma mensal pode chegar a valores próximos a meio salário mínimo.⁷

Podemos observar também que quase todas as atividades realizadas por eles necessitam de muita força física e são comuns ao meio rural em que estão inseridos, como os ditos trabalhos braçais e da roça, que envolvem atividades como cortar floresta, fazer cercas, plantio, capinagem e colheita, além de atividades na construção de casas, como ajudantes de pedreiros e descarregadores de caminhão. Para além desses, foram citadas por dois entrevistados atividades não especificadas como “todo tipo de

trabalho”, que podem equivaler a qualquer uma das atividades mencionadas pelos demais, que são ofertadas, dependendo do período do ano.

Em relação à necessidade de trabalhar e o destino dos valores recebidos, foram feitas as seguintes perguntas: qual o posicionamento dos seus pais diante do fato de você ter que estudar e trabalhar? Seus pais mandam você trabalhar, ou faz isso porque sabe que a família precisa? O que você faz com o dinheiro dos pagamentos pelo trabalho que realiza?

Minha mãe não gosta que eu trabalhe, ela só quer que eu vá para a escola, mas a gente precisa do dinheiro, né? Ela acaba aceitando, porque eu também ajudo em casa. Compro as minhas coisas, mas compro também as coisas pra gente comer, aí é o jeito (ENTREVISTA “A”, sexo masculino, 18 anos).

Meu pai que arranjou o emprego pra mim na fazenda, e pra eles tá bom. Eu vou pra escola do mesmo jeito que eu ia e dá tudo certo. Quando eu recebo o meu dinheiro boto gasolina na moto e compro as coisas que tenho vontade (ENTREVISTA “C”, sexo masculino, 18 anos).

Meus pais não dizem nada. Eu mesmo comecei a querer trabalhar porque via que precisava, e eu também queria ter meu dinheiro para comprar o que eu quisesse, e não queria ficar pedindo pra minha

⁷ O salário mínimo no Brasil em 2019, corresponde a R\$ 998,00. Valor retirado do site: http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm. Acesso 26 de outubro de 2019.

mãe e pro meu pai. Ela só recebe mesmo o bolsa família, e ele vive dando diária também, aí o dinheiro é pouco pra todo mundo. Achei melhor trabalhar logo porque aí eu compro as coisas que eu quero e também ajudo dentro de casa (ENTREVISTA “D”, sexo masculino, 18 anos).

Falam que é errado, mas eu trabalho para comprar minhas coisas. Compro coisas da escola e algumas coisas pra mim. (ENTREVISTA “E”, sexo feminino, 16 anos)

Eu comecei acompanhando meu pai indo pra roça. Trabalhava só pra casa mesmo, pra ajudar, aí começou a aparecer uns bicos, diária aqui e acolá e eu fui indo e comecei a ganhar dinheiro e meu pai nunca reclamou, reclamava só que eu deixava de ajudar ele pra ir ganhar o meu dinheiro (ENTREVISTA “T”, sexo masculino, 18 anos).

Como eu moro com minha mãe e não tem meu pai, eu comecei trabalhar pra ajudar ela nas despesas dentro de casa. Comecei cedo, era bem mais novo, aí não parei mais de trabalhar, e eu gosto porque eu tenho sempre o meu dinheiro também para comprar as coisas que eu quero. Minha mãe nunca reclamou de eu trabalhar porque eu ajudo ela (risos). (ENTREVISTA “K”, sexo feminino, 17 anos).

É notório nas falas dos entrevistados que o fator que motivou grande parte deles a desempenharem atividade remunerada foi a necessidade financeira existente dentro do núcleo familiar, entre eles o entrevistado “K”, que afirmou ter começado a trabalhar há alguns anos para ajudar a mãe nas despesas familiares, diante da ausência do pai. Com exceção de dois casos, em que um dos responsáveis pelo jovem demonstra alguma oposição ao fato da filha trabalhar, os demais explicitam nas suas

falas, que a situação é vista com naturalidade e até parecem receber apoio da família, tal como o caso em que o próprio pai conseguiu o emprego na fazenda para o filho.

Em relação ao destino dos valores conseguidos, destacamos dois pontos: pelo relatado, os jovens auxiliam a renda familiar usando os ganhos obtidos com o seu trabalho, e isso parece ser um ponto positivo e que causa satisfação, tanto para o jovem, como para a família; o outro aspecto refere-se à realização pessoal de consumo. Vemos que muitos começaram a buscar trabalho por iniciativa própria, porque viam-se desejando consumir determinados produtos e perceberam que, só através do próprio trabalho poderiam ter o seu desejo realizado de forma imediata, expresso no termo “minhas coisas”.

Em relação ao tipo de trabalho executado por esses jovens, apontamos que grande parte das atividades seguidas por eles, correspondem a funções que são comuns ao meio rural em que vivem e, principalmente são trabalhos que os seus pais já desempenham. Nesse caso, os pais parecem ser o espelho a ser seguido, confluindo com o que afirma Souza (2011, p. 583), ao dizer que “o enfoque de trabalho é na unidade de economia familiar, no qual todos os membros da família trabalham em conjunto e, nesse caso, incluem-se crianças e adolescentes”. Ainda segundo Souza (2011), à criança é atribuída uma visão que acaba a levando ao trabalho, assim como um adulto, não sendo considerada a sua faixa etária, e assim, há uma tendência, que pode-se dizer natural, dela seguir profissionalmente o trabalho dos pais, sendo, portanto, comum elas acompanharem os pais para o trabalho na roça, o que pode ser visto com orgulho pelos familiares, resultando em um processo contínuo que faz com que

aquela criança torne-se mão de obra “obrigatória” no seio familiar.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PnadC), de 2016, divulgados pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, indicavam que no Brasil, havia cerca de 2,4 milhões de crianças e adolescentes com idade de 05 a 17 anos em situação de trabalho infantil, concentrando-se esses números na faixa etária entre os 14 e 17 anos. A pesquisa ainda indicou que o Nordeste possuía a maior taxa de ocupação, com 33% dos jovens do universo de 2,4 milhões; que os meninos (64,9%) representavam quase o dobro de meninas (35,1%), desempenhando uma ocupação, com 40,8% dessas crianças e adolescentes vivendo no meio rural, e que até os 13 anos de idade, quando é proibido

qualquer tipo de trabalho, as ocupações estavam ligadas às atividades rurais.⁸ Estes dados se aproximam da realidade encontrada nessa pesquisa, onde foi identificado que a maioria dos jovens são do sexo masculino, começaram a trabalhar antes ainda na adolescência e que desempenham atividades no meio rural.

Vistos esses aspectos, buscamos identificar através das falas dos entrevistados se e de que forma o fato de trabalharem no turno que antecede o horário da aula, prejudica o processo de aprendizagem. Nessa etapa da pesquisa, foram realizadas quatro perguntas com respostas “SIM” ou “NÃO”, que dispomos abaixo mostrando a quantidade de alunos que respondeu cada assertiva:

Quadro 02: As implicações da rotina de trabalho no rendimento escolar

PERGUNTA	SIM	NÃO
Você já deixou de ir à escola porque precisava trabalhar?	9	3
Você acha que é prejudicado quando falta às aulas?	11	1
Você já deixou de fazer as tarefas escolares por causa do trabalho?	10	2
Você já dormiu durante as aulas por cansaço após o turno de trabalho?	9	3

Fonte: Dados coletados na pesquisa

Pelos dados expostos, fica evidente que a rotina diária desses jovens, que inicia com uma jornada de trabalho, prejudica o segundo turno do dia dentro do ambiente escolar, e também é a causa da ausência de muitos deles na escola. Dos 12 alunos, 9 afirmaram já terem deixado de ir à escola por causa do trabalho, o que representa 75% do total dos envolvidos na pesquisa. Importante destacar que eles reconhecem o prejuízo que têm

quando faltam às aulas: 11 deles reconheceram que são prejudicados quando deixam de ir à escola. Se o absenteísmo é alto, esse número chega a ser mais elevado quando perguntados sobre o não cumprimento das atividades escolares para serem realizadas em casa, em que 83% afirmou que já deixou de fazer suas tarefas devido à falta de tempo ou cansaço provocado pelo trabalho. Quando chegam até a escola, afetados

⁸ Informações disponíveis no site: <https://fnpeti.org.br/cenario/>. Acesso: 27 de outubro de 2019.

fisicamente pela rotina de trabalho, não conseguem acompanhar o andamento das aulas com a atenção devida, pois a maioria dos entrevistados afirmou já ter dormido em sala de aula por causa do cansaço.

Se a rotina de trabalho faz com que muitos deles faltem às aulas, não tenham tempo ou disposição para fazer as tarefas escolares, isto indica claramente que o trabalho afeta a sua atenção quando estão dentro da sala de aula; os prejuízos podem ser sentidos no resultado final do ano letivo, através dos índices de reprovação e evasão: “Já fiquei reprovado uma vez porque faltava demais e não tirava nota boa” (ENTREVISTA “G”). A mesma situação já ocorreu com outro aluno: “Eu faltava demais e não tinha tempo pra fazer as tarefas e os trabalhos que os professores passavam, aí não consegui recuperar minhas notas” (ENTREVISTA “B”). Em um outro caso, o aluno desistiu antes do término do período letivo: “Quando eu vi que não ia passar de ano, eu deixei logo de ir pra escola e fui só trabalhar mesmo” (ENTREVISTA “K”).

Como vemos, a reprovação e a evasão são algumas das consequências da inserção desses jovens no mundo do trabalho, e ao tentarem conciliar trabalho e escola, acabam não conseguindo superar as dificuldades que passam a ter em detrimento da falta às aulas e da não realização dos exercícios escolares sendo um fenômeno associado, como aponta Fernandes, (2003, p. 01) “às condições econômicas, políticas, técnicas e socioculturais, principalmente no que diz respeito à falta de valorização da educação e baixas condições de vida de milhares de pessoas que não possuem condições favoráveis de continuação e término dos estudos”.

Considerações finais

Independentemente de onde residam, se no campo ou na cidade, muitos jovens brasileiros veem-se obrigados a trabalharem muito cedo, alguns ainda crianças, para complementarem a renda familiar, garantindo a própria sobrevivência e a de seus familiares.

Mais do que prejudicados na vida escolar, esses jovens, ao serem inseridos no mercado de trabalho em idade inadequada, em profissões que estão ligadas à sua realidade social, acabam perdendo a oportunidade de, através da educação, poderem concluir a educação básica e fazerem algum curso de nível superior. Muitos perdem as possibilidades de seguirem estudando, limitadas pelas condições sociais que a eles são impostas, embora possuam sonhos de terem profissões diferentes dos trabalhos que realizam desde muito jovens. Ao serem perguntados se tinham pretensão de fazer curso superior e qual curso, nove alunos responderam que desejam seguir estudando e fazer cursos universitários como, direito, música e engenharia civil.

Através desses condicionantes, percebemos que muitos jovens, mesmo tendo sonhos de se dedicarem-se à vida acadêmica, diante das necessidades econômicas, sujeitam-se a desempenharem atividades quase sempre manuais que não requerem qualificação. Como vemos, grande parte dos sujeitos entrevistados passou a trabalhar por motivos que são muitos próximos (necessidade) e realizam trabalhos que quase sempre se assemelham. O resultado disso pode ser visto no baixo desempenho escolar, reprovação, evasão, não sendo totalmente cumprido o princípio legal que garante o acesso e permanência na escola.

Referências

ABRANTES, Vera Aparecida; AVELAR, Káta Eliane Santos; MIRANDA, Maria Geralda de. Rio de Janeiro. Infância, escola e trabalho. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, vol. 18, nº 35, jan.-jun. 2013.

ALMEIDA, Talita Costa de Oliveira; OLIVEIRA, Talita Costa de Oliveira. **As causas da evasão escolar de crianças e adolescentes da educação básica e sua relação com a violação de direitos humanos**. Ponta Grossa: EDUCERE, 2017.

BOCK, S. D. **Orientação profissional: abordagem sócio-histórica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Governo. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Governo. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei federal n. 8.069 de 13 julho 1990.

BRASIL. Lei n. 9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: MEC, 1996.

FERNANDES, R. F. **Causas da evasão escolar da educação básica na percepção de alunos da educação de jovens e adultos**. Distrito Federal: Universidade de Brasília, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho da (Org.). **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: CUT, 2005.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson

Coutinho. 8ª edição. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1991.

MURATA, M. P. F. e MURATA, A. T. **Educação em Direitos Humanos: Públicos da Desigualdade Social**. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2014.

NEVES, Diana Rebello et al. Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. **Cad. EBAPE.BR** [online]. 2018, vol.16, n.2, pp.318-330.

SAVIANI, Demerval. O Trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, Celso João (Org.) *et al.* **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SILVA, Rodrigo Oliveira. Uma discussão sobre o mal no Cândido de Voltaire. **Revista Pandora Brasil**, Edição 92, março de 2018.

SOUZA, L. A. Trabalho infanto-juvenil em regime de economia familiar nas lavouras de fumo. In: COTANDA, F. C.; HORN, C. H.; SOUZA, L. A. de. (Orgs.). **Relações de Trabalho no Mundo Contemporâneo: Ensaios Multidisciplinares** Porto Alegre: UFRGS, 2011.

VENTURI, Gustavo e Torini, Danilo. **Transições do mercado de trabalho de mulheres e homens jovens no Brasil**. Organização Internacional do Trabalho. - Genebra: OIT, 2014.

VOLTAIRE, François-Marie Arouet. **Cândido, ou o otimismo**. [1759]. São Paulo: Martin Claret, 2002.

Recebido em 2019-10-28
Publicado em 2019-12-18